

Dados históricos da elaboração do pensamento feminista

Regina Soares Jurkewicz

I

O termo feminismo procede do vocábulo *femine* de *femme*, mulher. É de origem francesa e seu uso remonta aos inícios do século XIX para indicar a defesa das mulheres e seus direitos (Gomáriz, 1992). A revolução francesa inaugura a democracia, cria o conceito de cidadão, valorizando a autonomia do indivíduo e as liberdades democráticas. O feminismo nasce na modernidade, em meio ao pensamento liberal.

A luta das mulheres, sua resistência à dominação masculina, configurou-se na história da humanidade de várias formas. Seria, no entanto imprecisão e anacronismo nomear, como feministas, mulheres que tiveram destaque nos mais variados processos de resistência vividos pelas mulheres nos diferentes contextos e épocas da história da humanidade.

Não é com o movimento feminista que nasce a resistência das mulheres frente à dominação masculina. Essa resistência é secular. O que se constata, é que os documentos oficiais da história raramente registraram a resistência das mulheres em relação à discriminação sofrida por elas. As histórias dos(as) dominados(as) não são relatadas. O grupo social que assume o poder reconstrói o relato histórico a partir de categorias que são relevantes segundo sua consideração.

Por isso, a história contada pelos homens aparece sempre como uma história masculina, periodizada pelas grandes batalhas, pactos e coroações, conquistas de impérios, acontecimentos econômicos e mudanças de sistemas produtivos.

As mulheres não são visíveis nestes relatos, o que não significa que estivessem construindo uma outra história, mas sim que esses fatos para elas ganhavam outros significados. A mesma história vivida por homens e mulheres apresenta diferentes marcos. A história relatada por grupos dominados - entre eles as mulheres - é necessariamente a história de sua exclusão

dos valores e espaços dominantes, mas também a história de sua resistência à dominação (Durán, 1987).

Tendo feito estas considerações, apresentaremos alguns dados históricos e as principais idéias do pensamento feminista¹ a partir da segunda metade do século XX.

Não há como pensar teorias feministas sem pensar a prática das mulheres. As teorias feministas não se dissociam dos movimentos feministas.

Na modernidade destacamos duas importantes publicações que sistematizam as reivindicações feministas. Na França, em 1949, Simone de Beauvoir escreve "*O segundo sexo*" e apresenta sua idéia central: "não se nasce mulher, torna-se mulher". É a natureza do lugar que as mulheres ocupam na sociedade que as converte em cidadãs de segunda classe. Este livro torna-se um clássico do feminismo moderno.

Em 1963, Betty Friedam, nos Estados Unidos publica "*A mística da feminilidade*", reanimando o movimento feminista norte americano e fundando a NOW/*National Organization of Women* (Gomáriz, 1992).

Na segunda metade dos anos 60 articula-se o chamado "novo feminismo" e surge a teoria feminista radical. Sua expoente de maior destaque é Kate Millet, que, em 1970, publica: "*Política sexual*". A autora, a partir da categoria "patriarcado", de Max Weber, explica a organização social. Trabalha o sistema patriarcal como um sistema político que tem por objetivo a subordinação das mulheres. Para Kate Millet o que o capitalismo significa para a classe operária, o patriarcado significa para as mulheres.

A categoria patriarcado aparece como sistema e enquanto tal é monolítica e a-histórica. É proveniente do estudo das relações de poder no seio do parentesco para explicar relações entre homens e mulheres. A utilização desta categoria para explicar a época moderna traz consigo sérios limites. Há uma separação histórica que levou os liberais a diferenciarem família e estado, e os marxistas a diferenciarem produção e reprodução (Nicholson, 1987).

O patriarcado omite a resistência das mulheres, suas conquistas, suas propostas de mudança.

A visão totalizadora do patriarcado incorpora-se ao discurso político da época, torna-se um sinônimo da dominação masculina, mas não dá conta de explicar os conflitos existentes nos movimentos históricos.

1 Entendemos por "pensamento feminista" a produção teórica que vem sendo elaborada a partir das práticas das mulheres e seus esforços nos espaços acadêmicos em construir categorias de pensamento que permitam compreender e explicar sua condição de subordinação.

Joan Scott em seu artigo *Gender - An useful category of historical analyses* faz a crítica a produção teórica feminista, cuja categoria analítica é o patriarcado: “As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma de apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda a diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teorias do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero. Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano - fora qualquer construção sócio-cultural e portanto, a não historicidade do gênero em si. De um certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa.”

Simultaneamente outras correntes se desenvolvem dentro do “novo feminismo”: Observa-se um esforço em resgatar a visibilidade das mulheres na história, evidenciar suas contribuições na vida cultural e no cotidiano. Essa tendência é perceptível nas produções teóricas das diferentes disciplinas das ciências sociais. Nos centros acadêmicos e organizações não-governamentais, multiplicam-se os projetos de “estudos sobre a mulher”. Fala-se da “questão da mulher”, do “problema da mulher”. O objeto de estudo está centrado nas mulheres, a ênfase é gerar conhecimento sobre as mulheres. A “mulher”² passa a ser tema de seminários, pesquisas, estudos.

Procura-se compreender a vida das mulheres, sem a percepção de que esta análise só será fecunda ao se ter como objeto de estudo as relações sociais e seus mecanismos geradores de subordinação.

Os estudos e programas sobre a mulher são facilmente incorporados nas mais diferentes instituições,

2 “A mulher” - muitas vezes é tratada no singular, de forma a-histórica, negando-se a diversidade existente na população feminina e reportando-se a uma essência única que as unificaria.

tratados como um capítulo a parte, não questionam, nem abalam os espaços de poder masculinos.

Na metade dos anos 70, um setor do feminismo vai configurar o chamado “feminismo da diferença”³ que afirma que as mulheres são realmente diferentes dos homens. São mais sensíveis do que racionais. Exaltam-se as características “naturalmente”⁴ femininas.

Justifica-se sua capacidade de organização, de relacionar-se com o mundo de forma mais harmônica e menos dominadora, por sua constituição biológica diferenciada.

Na década de 80, desenvolveu-se o debate entre os diferentes setores do “feminismo da igualdade” e o “feminismo da diferença”⁵.

Segundo Teresita de Barbieri (De Barbieri, 1992), é possível identificar, já na década de 70, duas posturas diferentes nas investigações sobre as mulheres: a primeira postura é a que descrevemos em parágrafos anteriores, cujo objeto de estudo está centrado nas próprias mulheres. A segunda postura que aparece em diferentes estudos e investigações, supõe premissas mais gerais do que a anterior. Começa a aparecer a necessidade de se estudar o funcionamento das sociedades concretas e dos diferentes níveis e âmbitos das relações sociais para compreender a subordinação das mulheres. Ou seja, para se compreender o lugar que as mulheres ocupam nas sociedades, nas instituições, nas práticas religiosas, é preciso compreender o lugar que os homens ocupam nas sociedades, nas instituições, etc. É preciso estudar a relação entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres.

Esses estudos apontam para o surgimento e expansão do conceito de gênero. O sexo social começa a ser definido. Gênero aparece como construção social.

II

Surgimento das teorias de gênero e suas diferentes concepções

É na década de 80 que as teorias de gênero se desenvolvem. Apresentaremos algumas contribuições significativas no processo de construção da teoria de gênero.

3 Principais expoentes do feminismo da diferença nos EUA e na França: Karen Harvey, Annie Leclere, Luce Irigaray.

4 Posteriormente vamos tratar do debate sobre a natureza feminina.

5 Para uma maior compreensão do debate entre o feminismo da diferença e o feminismo da igualdade, indicamos a leitura de OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, *Elogio da diferença: o feminino emergente*, 1991 e SORJ, Bila, *O feminino como metáfora da natureza*.

É possível identificar diferentes núcleos teóricos de produção feminista sobre gênero; daí podemos destacar orientações teóricas distintas:⁶

1. Uma primeira perspectiva concebe gênero como sendo um sistema hierarquizado de *status* ou prestígio social. Trabalha com papéis sociais, reportando-se, portanto, ao funcionalismo sociológico.

Nesta perspectiva encontram-se autores(as) identificados(as) com as teorias psicanalíticas, que compreendem a socialização como um processo de aprendizagem de papéis.

Joan Scott (Scott, 1989) distingue na teoria psicanalítica duas escolas:

- A escola anglo-americana, que trabalha com os termos de teorias de relações de objeto. Nos EUA, destacam-se Nancy Chodorow e Carol Gilligan.

- A escola francesa, que se baseia nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias de linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan).

Segundo Scott: *“As duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito: as duas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com as pessoas que cuidam dela e, particularmente, naturalmente, com os seus pais), ao passo que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (para os pós-estruturalistas... linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra própria mente dita, da leitura e da escrita). Uma outra diferença entre essas duas escolas de pensamento diz respeito ao inconsciente, que para Chodorow é, em última instância, suscetível de compreensão consciente enquanto para Lacan não o é. Para as lacanianas o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito. Ademais, é o lugar de emergência da divisão sexual e, por essa razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito sexuado.”* (Scott, 1991, p.9)

2. Outra perspectiva na compreensão de gênero é a denominada “relações sociais de sexo”. Parte da divisão social do trabalho como núcleo motor da desigualdade. Esta orientação desenvolveu-se na França e uma de suas principais expoentes é Danielle Kergoat. Ela iniciou seus estudos com base na matriz marxista e realizou investigações sobre a inserção feminina no

mercado de trabalho (Kergoat, 1987).



Teresita de Barbieri (De Barbieri, 1992) evidencia que embora nesta perspectiva o peso teórico do marxismo seja determinante, isto não significa que todos(as) teóricos(as) feministas marxistas que elaboram estudos sobre gênero sejam filiados(as) a esta corrente.

Joan Scott (Scott, 1989) faz uma crítica às teóricas feministas marxistas inglesas e americanas, concluindo que *“no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise.”*

Michèle Ferrand, em seu estudo sobre “Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade” (Ferrand, 1987) afirma que *“raciocinar em termos de relações de sexo, é estabelecer que a diferença entre os sexos é construída socialmente; o que quer dizer que nem a anatomia nem a natureza explicam o domínio das mulheres pelos homens, mas que essa dominação social reinterpreta, utiliza, atribui um sentido à diferença biológica, e, em particular, à maternidade e à paternidade. A divisão do trabalho entre os sexos não se explica naturalmente, ela é a expressão da relação de dominação, inclusive no que se refere à parentalidade, que não pode ser reduzida à sua dimensão biológica. Não se trata, evidentemente, de negar, aqui, as funções diferentes dos homens e das mulheres dentro do processo de procriação, mas de pesquisar aquilo que é elaborado socialmente a partir dessa posição diferente”.* (p.61)

3. Uma terceira perspectiva considera os sistemas de gênero como sistemas de poder, resultado de um conflito social de dominação.

Esta corrente parte da análise de Gayle Rubin (Rubin, 1986), na qual submete a uma crítica feminista as teorias de Lévi-Strauss sobre o parentesco e a psicanálise na vertente lacanianas. Há hipóteses procedentes das teorias do conflito e do poder (Foucault, Deleuze, Derrida) que também situam-se nesta corrente.

Rubin define gênero como *“o conjunto de dispo-*

6 Para fazer esta sistematização, ademais dos autores(as) já mencionados, recorri aos apontamentos feitos na aula proferida pela Professora Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira, no dia 26.11.93, no Instituto Metodista de Ensino Superior.

sições pelo qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual se satisfazem essas necessidades humanas transformadas” (Rubin, 1986; citado por De Barbieri, 1992, p.114)

De Barbieri que se identifica sobretudo com a definição de Rubin, porque acredita que é a perspectiva que abre mais possibilidade para a análise dos gêneros na América Latina, “trabalha” o conceito da seguinte forma: “os sistemas de gênero/sexo são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas. Em termos durkheimianos, são os tramas de relações sociais que determinam as relações dos seres humanos enquanto pessoas sexuadas. Os sistemas de sexo/gênero são, portanto, o objeto de estudo mais amplo para compreender e explicar o par subordinação feminina - dominação masculina. A aposta é estudar estes sistemas de ação social e o sentido da ação em relação com a sexualidade e a reprodução” (De Barbieri, 1992, p.114-115).

4. A historiadora Joan Scott (1989) compreende gênero como elemento constitutivo das diferenças percebidas entre o sexo. Introduce a dimensão histórica e a dimensão do poder relacional nas diferenças percebidas entre os sexos. Dimensão da diferença entre os diferentes. Ela não postula a igualdade, mas evidencia que as diferenças não necessitam ser construídas como desigualdades.

A seguir apresento uma síntese das idéias mais importantes de Scott em sua definição de gênero: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si:

1. Símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (exemplo: Eva e Maria).

2. Conceitos normativos - evidenciam interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos tomam a forma de uma oposição binária que afirma o sentido do masculino e do feminino. Essas posições normativas são na realidade produto de conflito e não de consenso social. A posição dominante, porém, emerge como a única possível.

3. O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. O gênero é construído através do parentesco mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco.

4. A identidade subjetiva - As(os) historiadoras (es) devem examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e colocar os seus achados em relação com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas.

O gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder: É o primeiro campo no qual o poder é articulado. Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Essas referências estabelecem distribuições de poder e o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si. A função de legitimação do gênero funciona de várias maneiras. O gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando se procura encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, começa-se a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política é apenas um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica.” (Scott, 1991, p.14-16)

Queremos acrescentar que o conceito de gênero está em processo de construção e desconstrução, possibilitando um questionamento frequente e que não caminha para um quadro de elaboração teórica fixo e fechado.

III

Desenvolvimento das teorias feministas - Núcleos temáticos (anos 80)

O feminismo é uma realidade plural, tanto em relação às suas concepções teóricas, quanto em relação

às proposições políticas. Por isso não se pode falar em teoria feminista - no singular - mas sim em teorias feministas.

O feminismo originou pensamento e teoria, ação e prática e originou-se de pensamento e teoria, ação e prática. É um corpo de idéias críticas e práticas políticas.

As teorias feministas são desenvolvidas pelas próprias mulheres, que vivenciam situações de opressão diferenciadas.

Para se chegar a uma compreensão o mais aproximada possível das relações sociais de sexo, que são ao mesmo tempo relações de poder, faz-se necessário articular o processo de análise que se faz a partir da categoria gênero, com a análise a partir de classe e raça ou etnia.

O fato das mulheres pertencerem a diferentes classes sociais, diferentes culturas e raças, resulta em clivagens em torno a diferenciados interesses econômicos, políticos, ideológicos, culturais e religiosos. É, portanto, facilmente compreensível que existam diferentes feminismos. Os feminismos ilustram a riqueza da contribuição das mulheres, tanto ao nível das teorias do funcionamento da sociedade, como dos projetos de mudança social.

A pretensa objetividade do discurso científico masculino, que se apresenta como universal, categoriza tudo o que é diferente dele. A diferença é convertida em dicotomia assimétrica e hierárquica. O diferente é um desvio da norma: as mulheres, outras raças, outras classes sociais, outros grupos de idade (Sánchez, 1991).

No feminismo as diferenças aparecem nas teorias e nas ações políticas em que essas teorias desembocam.

Teóricas marxistas consideram que a divisão social e sexual do trabalho é o que explica a subordinação das mulheres. Há outro grupo que atribui a origem da subordinação das mulheres à sua capacidade reprodutiva. Entendem que os homens precisam controlar esta capacidade e por isso dominam as mulheres. Na ação política, o primeiro grupo vai se preocupar com o estudo da inserção das mulheres no mercado, com a desqualificação do trabalho reprodutivo, enquanto o segundo grupo reivindicará que haja um controle das mulheres sobre sua própria capacidade reprodutiva.

Há reivindicações contraditórias no movimento feminista, porque a realidade é contraditória: de um lado as mulheres reivindicam que os homens assumam a responsabilidade dos cuidados dos filhos, por outro lado reivindicam o direito de decidirem sobre o próprio corpo. O ideal seria que homens e mulheres decidissem juntos sobre o exercício de sua capacidade reprodutiva, porém os fatos mostram que os homens dominam o corpo da mulher. Gerar filhos deveria gerar poder, mas, nas sociedades modernas, o valor maior está colocado

na esfera da produção. A esfera da reprodução, onde são socialmente alocadas as mulheres, é desvalorizada e a geração dos filhos dificulta a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Na década de 80, especialmente nas universidades, as teorias feministas ampliaram suas investigações, a reflexão adquiriu maior rigor acadêmico e as escolas de pensamento e propostas feministas se diversificaram.

Henrique Gomáriz (1992) aponta dois âmbitos temáticos em que a diferenciação vai se evidenciando:

O primeiro refere-se ao diagnóstico e à explicação - também histórica - da condição da mulher.

O segundo, derivado do primeiro, relaciona-se com os processos de emancipação, ou seja, com a discussão sobre estratégias.

Com relação ao primeiro núcleo uma das razões importantes da diversificação da produção teórica feminista situa-se no fato das teorias feministas absorverem elementos de novas escolas e propostas da teoria social geral (pós-estruturalistas, pós-modernas, etc), num momento em que a crise dos paradigmas científicos manifestava-se na teoria social.

Boa parte da produção teórica feminista dedicou-se à revisão crítica do próprio feminismo.

Gomáriz distingue, nesta produção, três óticas:

1. A anti-feminista - cujas críticas se fundam na convicção de que o melhor para as mulheres é manter sua condição tradicional, introduzindo apenas alterações que não afetem esta condição.

2. A pós-feminista - critica aspectos parciais do feminismo, principalmente o ativismo, pois considera que o feminismo já cumpriu seu papel.

3. A neo-feminista - faz um balanço crítico do feminismo, colocando em questão os mitos que podem transformar-se em obstáculos para a mudança cultural.

Portanto, a revisão dos anos 80 referiu-se principalmente ao chamado "novo feminismo" dos anos 60 e 70.

O que pretendemos agora é discorrer sobre as questões que têm se evidenciado como núcleos temáticos na última década.

Nos anos 80, um dos debates mais significativos e que se reflete na formulação de diferentes interpretações feministas é o debate sobre as relações entre natureza e cultura.

A distinção entre natureza e cultura nasce com a modernidade. A própria idéia de natureza é cultural. O paradoxal é que a cultura, embora seja uma atividade humana, é-nos apresentada como se fosse regida por leis da natureza, algo imutável e fatal. A cultura parece tão natural quanto a própria natureza. Nos processos de socialização humana aprendemos que homens e mulheres têm comportamentos diferentes, ocupam lugares sociais diferentes, assumem tarefas diferentes, porque são "naturalmente" diferentes.

Os estudos feministas vão evidenciar que não é a natureza que explica as diferenças da condição das mulheres e homens na sociedade, e sim a cultura. Quando se constata que as diferenças sociais entre homens e mulheres, que “parecem” tão naturais quanto suas diferenças biológicas, são culturais, abre-se uma possibilidade de mudança.

Ao se perceber que as mulheres não são, “por natureza”, boas donas de casa e aptas para o cuidado dos filhos, mas sim que foram desde meninas treinadas para assumirem essas tarefas, enquanto os meninos são preparados para assumirem tarefas fora da casa, ocupar espaços de chefia e responsabilidade pública, conclui-se que a ordem que estabelece o lugar de homens e mulheres na sociedade não é natural e sim resultado de um processo de construção social, portanto passível de manipulação humana.

A partir desta premissa, abre-se a possibilidade de uma avaliação crítica das diferenças sociais entre os sexos. Os movimentos feministas vêm denunciar que há desigualdades de poder que se estruturam ao redor das diferenças sexuais.

Vinculado à explicação das diferenças sociais entre homens e mulheres a partir da natureza, estabeleceu-se o mito da natureza ontologicamente boa das mulheres (e má, por oposição, dos homens) (Gomáriz, 1992). Esse fenômeno é perceptível nos diferentes movimentos de libertação. Os empobrecidos já foram exaltados como ontologicamente bons; o mesmo pode-se dizer dos negros. Também nos processos de educação popular, muitas vezes acreditou-se que tudo o que era popular, era sábio e verdadeiro: “o povo sempre sabe”.

Este “mito” sofre um processo de desconstrução na medida em que estudos de corte pós-estruturalista vão mostrando, por exemplo, como acontece o exercício de poder entre as mulheres. Por outro lado, a psicanálise enfatiza a capacidade de manipulação das mães, nos primeiros anos de vida dos filhos, e suas conseqüências, o que mostra que as mulheres não são somente vítimas da dominação masculina.

Do mesmo modo que se verifica que, na história, as mulheres não são somente oprimidas, mas também são capazes de resistir e organizar-se, pode-se verificar que não são necessariamente virtuosas, e não é essa falsa natureza ontológica boa que irá justificar e explicar a subordinação das mulheres.

Os pobres carecem de justiça não porque são bons, mas porque foram empobrecidos. Também as mulheres são merecedoras de direitos sociais e de um lugar digno na organização social, não porque são virtuosas, mas porque seus direitos lhes foram negados.

É neste panorama de idéias que se estabelece o debate entre o “feminismo da igualdade” e o “feminismo da diferença”.

O feminismo da diferença vai afirmar que as mulheres são diferentes dos homens porque no centro de sua existência predominam valores de proteção à vida, e que sua identidade provém da interação com outros (Rosiska, 1991). Por isso as mulheres são mais afetivas, intuitivas, sensíveis. Afirma também, que o universo feminino, marcado pela experiência da maternidade, evidencia que as mulheres de fato não são iguais aos homens, mas tampouco são inferiores. Portanto, o feminismo da diferença não vai postular a igualdade entre homens e mulheres e sim a valorização daquilo que é “essencialmente” feminino.

Ao reportar-se à “essência feminina”, o feminismo da diferença acaba novamente ancorando suas reflexões na dimensão natural do feminino e foi ao redor desta idéia que as discriminações e exclusões sociais foram construídas (SORJ, 1992a).

Outro complicador é o tratamento dado às questões “especificamente femininas”. Ao se reforçar a especificidade, a particularidade das mulheres, se está reforçando o universalismo masculino. Nos processos de construção cultural, nas mais diferentes áreas, as elaborações masculinas são tratadas como universais. Esse fato reflete-se na produção científica, tecnológica, no uso da linguagem (o titular da ação sempre é masculino), etc. Se os homens e seus feitos representam o universal, às mulheres resta o particular, o específico. No binômio universal x particular, mais uma vez as mulheres são submetidas à hierarquia masculina.

Ao considerarmos a ontologia dualista que está presente no pensamento humano e nas ciências, percebemos que a diferença é convertida em dicotomia assimétrica e hierárquica. A tradição filosófica ocidental da qual surgiu a ciência moderna trouxe uma série de dualidades: razão/sentimento, fato/valor, cultura/natureza, ciência/crença, público/privado, com um significado hierárquico e valorativo. Daí se desprendem associações: feminilidade - sentimento - subjetividade - esfera privada X masculinidade - razão - objetividade - esfera pública (Sánchez, 1991).

Na separação dos pares hierarquizantes de opostos percebe-se o mundo dividido em duas metades. Indagar sobre as conexões existentes entre essas duas metades é criar um processo que desvela a construção social que permitiu a elaboração de tais dicotomias. Para tanto é fundamental ter em conta a categoria gênero. Exemplificando, não se trata, portanto, de privilegiar o sentimento, em detrimento da razão e sim de

perceber que se nós, seres humanos, estamos de tal forma fragmentados(as), está posta a tarefa de nos reconstruirmos buscando as interações entre essas duas metades. Não somos uma coisa ou outra, somos as duas coisas ao mesmo tempo e muito mais do que isso.

Nas produções teóricas feministas, há dois outros pares de binômios que merecem atenção. São os conceitos de público e privado, produção e reprodução.

O corte dicotômico entre esses dois conceitos vem gerando interpretações equivocadas da realidade e das relações sociais.

Bibliografia

ARANGUREN, Marysa Navarro. *Mirada nueva - problemas viejos*. In: Lola G. Luna, o.c.
 CASTRO, Mary Garcia. "A dinâmica entre classe e gênero

na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero". In: *Mulher e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991, p.39-69
 COLLIN, Françoise. *A mesma e as diferenças*. S.O.S. Corpo, Recife, 1993
 DE BARBIERI, Teresita. *Sobre a categoria gênero - Uma introdução teórico-metodológica*. S.O.S. Corpo, Recife, 1992
 DEL RE, Alisa. *Práticas políticas e binômios teóricos no feminismo contemporâneo*. S.O.S. Corpo, Recife, 1993
 DURÁN, Maria Ángeles. *Mulher, ciência, universidade*. Núcleo de Estudos sobre a mulher, PUC, Rio de Janeiro, 1987
 FERRAND, Michèle. *Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade*. Tradução Soraya Tahrán. Revisão da Profa. Elisabeth de Souza Lobo, 1987
 GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In *Isis Internacional*. Ediciones de las Mujeres, n.17, 1992
 NICHOLSON, Linda. *Feminismo e Marx: integrando o*



Coordenação de Mulheres do ABCD

- parentesco com o econômico. In BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Editora Rosa dos Tempos Ltda, Rio de Janeiro, 1987
- SAFFIOTI, Heleieth. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: Silva, Maria Aparecida de Moraes. *Seminário temático II: Mulher em seis tempos*. Faculdade Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1991
- SÁNCHEZ, Ana. La masculinidad en el discurso científico: aspectos epistémico-ideológicos. In: Lola G.Luna, comp., *Mujeres y sociedad - Nuevos enfoques teóricos y metodológicos*. Ed. del Seminario Interdisciplinar Mujeres y Sociedad, Universidad de Barcelona, 1991
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. S.O.S. Corpo, Recife, 1991
- SORJ, Bila. "O feminino como metáfora da natureza". In: *Estudos Feministas*. n.92, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1992a, p.143-150
- SORJ, Bila. "O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade". In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina. *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/SP e Fundação Carlos Chagas/RJ, 1992, p.15-22